



OPINIÃO

# Reforma tributária: o que muda a partir de 2026

Mauro Pupim

9 de janeiro de 2026, 19h19

Tributário

A partir 1º de janeiro de 2026, entra em vigor a alíquota teste do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que deverão ser destacados nos documentos fiscais eletrônicos, ainda que não haja recolhimento.

A Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS, em comunicado conjunto, divulgaram orientações sobre o início do período de transição. A principal obrigação é a emissão de documentos fiscais eletrônicos com destaque da CBS e do IBS, seguindo as regras e leiautes definidos em notas técnicas.

Tal exigência alcança a NF-e, NFC-e, NFS-e, NFS-e Via, CT-e, CT-e OS, NFCom, NF3e, BP-e e BP-e TM. Além disso, os contribuintes deverão entregar a Declaração dos Regimes Específicos (DeRE) e outras declarações em plataformas digitais que ainda serão detalhadas pela Receita Federal e Comitê Gestor.

Há, no entanto, uma exceção. Caso estados ou municípios ainda não tenham adequado seus sistemas para permitir o destaque do IBS e da CBS, o contribuinte ficará dispensado dessa obrigação. Nesses casos, recomenda-se que os contribuintes registrem o passo a passo da emissão do documento fiscal, como forma de comprovação e prevenção contra eventuais autuações por descumprimento de obrigação acessória.

Também existem situações em que, apesar de já haver leiaute definido, a utilização do documento ainda não é obrigatória. É o caso da Nota Fiscal de Alienação de Bens Imóveis (NF-ABI), da Nota Fiscal de Água e Saneamento (NFAg) e do Bilhete de Passagem Aéreo (BP-e Aéreo). As datas de início da obrigatoriedade desses modelos ainda serão divulgadas.

Outro ponto importante do comunicado é a dispensa da

APOIO

11 de janeiro de 2026, 19h19



Medida que pessoas físicas

contribuintes do IBS e da CBS deverão se inscrever no CNPJ a partir de julho de 2026. A medida não transforma a pessoa física em pessoa jurídica e tem como objetivo apenas facilitar a apuração e o controle dos novos tributos.



## opinião

### O que fazer

Diante desse cenário, empresas e outros contribuintes precisam se preparar para conviver com os tributos atuais (ICMS, ISS, PIS e Cofins) e com as novas exigências e hipóteses de incidência relacionadas ao IBS e à CBS.

A recomendação é acompanhar as mudanças técnicas, esquemas XML e tabelas, disponíveis no Portal da Nota Fiscal Eletrônica, além de riscos fiscais e operacionais.



**Mauro Pupim**

é coordenador jurídico no Mandaliti.

VER COMENTÁRIOS

Tags: **Reforma tributária**

✉️ 🗣️ f in 🐦 ➦ [compartilhe](#)

RECEBER

⚠️ Encontrou um erro? **Avise nossa equipe!**

**Leia também**





**Camara aprova texto com regras de gestão e fiscalização de IBS e CBS**



**Festa do CESA destaca setor tributário aquecido em razão da reforma**



**VAMOS COMEÇAR**  
**Reforma tributária dá os primeiros passos rumo à transição em 2026**



**TERRA DO GATO**  
**Furto de energia em territórios do crime gera perda a empresas**



**TARIFAÇÃO FLUMINEN!**  
**Governo do Rio encaminha PL que reduz benefícios fiscais de ICMS**



**GRANDES TEMAS, GRANDES NOMES**  
**Litígios não devem prejudicar reforma tributária, diz Heleno Torres**



**DESAFIOS DA NOVA EI**  
**Democracia e Direito na era da IA: um balanço do XIII Fórum de Lisboa**



**GRANDES TEMAS, GRANDES NOMES**  
**Creditamento amplo deve reduzir contencioso tributário, diz advogado**



**BARROSO 360°**  
**Presidente do STF analisa o cenário político e econômico do país**



**TESE DO SÉCULO**  
**Decisão do STF sobre ICMS no PIS/Cofins gerou 18 filhotes**



segunda-feira  
 12 de janeiro de 2026

Consultor Jurídico

Pesquisar

**CONJUR**

Quem Somos

Equipe

Fale Conosco

**PUBLICIDADE**

Anuncie na Conjur

Anuários Conjur

**ESPECIAIS**

Especial 20 anos

Especial 25 anos

**PRODUTOS**

Livraria

Anuários

Boletim Jurídico

